

TRAJETÓRIA DO ENSINO SUPERIOR EM CABO VERDE: UM PERCURSO EM TRÊS FASES (1979-2022)

HIGHER EDUCATION TRAJECTORY IN CAPE VERDE: A JOURNEY IN THREE PHASES (1979-2022)

TRAJECTOIRE DE L'ENSEIGNEMENT SUPERIEUR AU CAP-VERT: UN PARCOURS EN TROIS PHASES (1979-2022)

Clarissa Almeida de Santana ¹

Manuscrito recebido em: 12 de fevereiro 2023.

Aprovado em: 24 de julho de 2023.

Publicado em: 29 de julho de 2023.

Resumo

O presente texto tem como objetivo discutir a trajetória do ensino superior em Cabo Verde, um arquipélago africano que, até 1975, era colônia portuguesa. Tendo em vista que durante a colonização não houve condições nem estímulo para um deslanchar do ensino superior endógeno, haja vista o alto grau de analfabetismo da população, somente após a independência este nível de ensino começou a ser desenvolvido no País, embora, inicialmente, muito focado no ensino politécnico, de forma que, somente a partir dos anos 2000, as universidades começaram a existir no País. A partir de uma metodologia baseada na pesquisa documental, em conversas informais e em visitas às universidades de Cabo Verde, durante uma pesquisa de campo naquele País, no ano de 2022, foi possível compreender que a trajetória do ensino superior cabo-verdiano se deu em três fases, as quais eu denominei de *fase embrionária* (1979-1990), *fase institucional* (1990-2000) e *fase universitária* (2000 aos dias atuais). Essas fases que, ao mesmo tempo em que são diferentes, sobrepõem-se, foram assim definidas levando-se em conta o contexto político de cada momento, o direcionamento que os diferentes governos deram à educação superior, além da natureza dos cursos que foram sendo oferecidos em cada momento.

Palavras-chave: Ensino superior; Cabo Verde; Ensino politécnico; Universidades.

Abstract

This text aims to discuss the trajectory of higher education in Cape Verde, an African archipelago that, until 1975, was a portuguese colony. Bearing in mind that during colonization there were no conditions or stimulus for a takeoff of endogenous higher education, given the high level of illiteracy of the population, only after independence did this level of education begin to be developed in the country. Although, initially, very focused on polytechnic education, only from the 2000s, universities began to exist in the country. Based on a methodology involving documentary research, informal conversations and visits to universities in Cape Verde, during field research in that country, in the year 2022, it was possible to understand that the trajectory of Cape Verdean higher education took place in three phases, which I called the embryonic phase (1979-1990),

¹ Doutoranda em Sociologia da Universidade de Lisboa. Mestra em Administração pela Universidade Federal da Bahia. Professora na Universidade do Estado da Bahia.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7788-7805> Contato: clasantana19@gmail.com

institutional phase (1990-2000) and university phase (2000 to the present day). These steps, which, at the same time that they are different are also connected, were thus defined taking into account the political context of each moment, the direction that different governments gave to higher education, in addition to the nature of the courses that were being offered at any time.

Keywords: Higher education; Cape Verde; Polytechnic education; Universities.

Résumé

Ce texte vise à discuter de la trajectoire de l'enseignement supérieur au Cap-Vert, un archipel africain qui, jusqu'en 1975, était une colonie portugaise. Sachant que pendant la colonisation il n'y avait pas de conditions ou de stimulants pour un décollage de l'enseignement supérieur endogène, étant donné le niveau élevé d'analphabétisme de la population, ce n'est qu'après l'indépendance que ce niveau d'enseignement a commencé à se développer dans le pays, bien que, dans un premier temps, très axé sur l'enseignement polytechnique, si bien que, seulement à partir des années 2000, des universités ont commencé à exister dans le pays. Sur la base d'une méthodologie basée sur la recherche documentaire, des conversations informelles et des visites dans des universités capverdiennes, lors de recherches sur le terrain dans ce pays, en 2022, il a été possible de comprendre que la trajectoire de l'enseignement supérieur capverdien s'est déroulée en trois phases que j'ai appelé la phase embryonnaire (1979-1990), la phase institutionnelle (1990-2000) et la phase universitaire (2000 à nos jours). Ces phases, qui, en même temps qu'elles sont différentes, se chevauchent, ont donc été définies en tenant compte du contexte politique de chaque moment, de l'orientation que les différents gouvernements donnaient à l'enseignement supérieur, en plus de la nature des cours qui étaient offerts à tout moment.

Mots clés: Enseignement supérieur; Cap Vert; Enseignement polytechnique; Les Universités.

Introdução

Cabo Verde é um país africano formado por 10 ilhas e alguns ilhéus, que cobrem uma superfície de pouco mais de 4.000 km², a oeste da costa ocidental africana. Devido à sua geografia insular, o arquipélago não faz fronteira com nenhum outro país, tendo o Senegal como o vizinho mais próximo, separados pelo Oceano Atlântico a uma distância de cerca de 500 km. As ilhas mais ao norte são denominadas Ilhas de Barlavento, sendo elas: Santo Antão (779 km²), São Vicente (227 km²), São Nicolau (343 km²), Sal (216 km²), Boa Vista (620 km²) e Santa Luzia (35 km²), a única ilha desabitada do arquipélago. As Ilhas de Sotavento, localizadas mais ao sul, são as ilhas de Brava (64 km²), do Fogo (476 km²), de Maio (269 km²) e de Santiago (991 km²), a maior em território e onde está a capital do País, a cidade da Praia (HERNANDEZ, 2002; INE, 2022).

Cabo Verde possuía, em 2020, uma população de 556 857 pessoas, cujo maior número estava localizado nos conselhos de Praia (170 236 habitantes) e São

Vicente (84 964). Naquele mesmo ano, a Ilha São Vicente foi a que apresentou a maior densidade populacional (374,29 hab./Km²), seguida pela Ilha de Santiago (316,31 hab./km²). A ilha da Boa Vista, embora seja a que possua a menor densidade populacional, tem registado, nos últimos anos, um rápido crescimento, possivelmente devido à sua natureza turística, o que atrai pessoas em busca de trabalho. Por sua vez, as ilhas de Santo Antão, São Nicolau, Fogo e Brava têm apresentado uma redução da população, em virtude do processo migratório entre ilhas ou para o exterior (INE, 2020; 2021; 2022).

Considerando-se a estrutura etária da população, Cabo Verde é um país jovem, com uma idade média de 29,5 anos, sendo que 27,7% dos habitantes têm entre zero e 14 anos e 16,8% entre 15 e 24 anos; apenas 5,7% da população é idosa. Com relação à educação, 88,5% dos maiores de 15 anos estavam alfabetizados em 2019, enquanto que, entre os jovens de 15 a 24 anos, esse número alcançou 98,8%. Por sua vez, naquele mesmo ano, 7,9% dos cabo-verdianos nunca havia frequentado uma instituição de ensino, ao passo que 9,6% frequentavam o ensino superior (INE, 2022).

Embora os níveis educacionais dos cabo-verdianos tenham aumentado ao longo dos anos (INE, 2022), em 1975, quando o país se tornou independente de Portugal, quase 70% da população era analfabeta, já que poucas pessoas tinham acesso à educação oficial no período colonial. Desse modo, tão logo o país se tornou independente, a democratização da educação passou a ser essencial para que os próprios cabo-verdianos pudessem conduzir seu processo de desenvolvimento. Sendo assim, em 1977, um novo sistema de ensino foi implantado no país, abarcando todos os níveis educacionais, inclusive o ensino superior que, contudo, somente a partir dos anos 2000, com a implantação de universidades, ganhou fôlego em Cabo Verde.

Assim, o presente texto tem como objetivo discutir a trajetória do ensino superior em Cabo Verde, apresentando a sua evolução ao longo dos anos, desde 1979 até os dias atuais. Para tanto, a metodologia deste estudo foi baseada na pesquisa documental, em conversas informais e em visitas às Instituições de Ensino Superior (IES) de Cabo Verde, durante uma pesquisa de campo doutoral naquele País, nos meses de fevereiro e março de 2022.

Desse modo, nas seções a seguir apresentamos a trajetória do ensino superior cabo-verdiano de 1977 até os dias atuais, quando já há universidades implantadas no País; em seguida, discutimos sobre o ensino superior em Cabo Verde no pós-universidades, a partir de dados sobre aquela realidade, para, por fim, discutirmos sua trajetória a partir de três fases, pensadas a partir do contexto político de cada época, do direcionamento que os diferentes governos deram à educação superior, bem como da natureza dos cursos que foram oferecidos em cada fase.

A Trajetória do Ensino Superior em Cabo Verde

O ensino superior em Cabo Verde só teve início após a sua independência de Portugal, ocorrida em cinco de julho de 1975. Naquele momento, 67% da população adulta do arquipélago era analfabeta, número que chegava a 80% nas zonas rurais (VARELA, 2013). Antes da independência, os poucos cabo-verdianos que podiam ter acesso à educação superior – considerados a elite intelectual da época (TOLENTINO, 2006) – precisavam estudar em outros países, especialmente Portugal, para onde foi, inclusive, Amílcar Cabral, um dos fundadores do Partido Africano para a Independência de Cabo Verde e Guiné-Bissau (PAIGC), partido que liderou os movimentos de independência nesses dois países colonizados por Portugal e que assumiu seus respectivos governos após suas independências, em regime de partido único e com viés socialista (LOPES, 1996; SOUZA, 2013), o que manteve os dois países afastados de um regime democrático por mais alguns anos.

Após a independência, os sucessivos governos de Cabo Verde – tanto sob o viés socialista (1975-1990), quanto de cunho democrático (a partir de 1991) – deram especial atenção à educação no País, uma vez que esta passou de uma visão “aculturadora e civilizadora”, durante o período colonial, a ser vista “[...] como direito humano e instrumento de transformação social, devendo favorecer a promoção do indivíduo, a coesão e o desenvolvimento do país” (TOLENTINO, 2006, p. 235). Assim, já em 1977, configurou-se o novo sistema de ensino cabo-verdiano, com todas as fases da educação contempladas, inclusive o ensino superior, já que Cabo Verde precisava de pessoas qualificadas para assumir a administração do País. Contudo, não tendo instituições de

ensino superior para qualificar seus cidadãos naquele nível de educação, o País iniciou parcerias para cooperação internacional (TOLENTINO, 2006; VARELA 2013).

Como forma de dar os primeiros passos para o ensino superior no País, em 1979 foi criado, na cidade da Praia (Ilha de Santiago), o Curso de Formação de Professores do Ensino Secundário (CFPES), primeira experiência de ensino superior em Cabo Verde, cujos cursos tinham duração de quatro semestres, e posteriormente de seis, conferindo aos estudantes o grau de bacharel (TOLENTINO, 2006; VARELA 2013).² Assim como o CFPES, outros cursos foram criados no sentido de qualificar docentes para desenvolver a educação no país, como o Curso de Formação de Professores do Ensino Básico (CFPES), que buscava formar os professores para os primeiros anos de ensino (VARELA, 2013).

Contudo, em 1995, o CFPES, que, em 1989, já havia mudado de nome para Escola de Formação de professores do Ensino Secundário (TOLENTINO, 2006), foi substituído pelo Instituto Superior de Educação (ISE), com o propósito de não se voltar apenas à formação para o ensino secundário, como já era feito através de cursos de bacharelato, com duração de três anos, e os poucos de licenciatura, com duração de quatro ou cinco anos. O objetivo do ISE era o de ampliar e melhorar aquilo que o CFPES já fazia e desenvolver atividades novas, como as de investigação, extensão e até cursos de mestrado. Contudo, muito embora as atividades de pesquisa e extensão, e até mesmo as licenciaturas, não tivessem ganhado força, o ISE conseguiu, em parceria com a Universidade do Porto, desenvolver dois mestrados, um em História, no ano letivo 2001/2002 e outro em Estudos Africanos, no ano letivo 2004/2005.³ Foi nesse cenário que o ISE se tornou, em 2006, uma das três instituições que foram a base para a criação da primeira universidade pública do país, a Universidade de Cabo Verde (Uni-CV), junto com o Instituto Superior de Engenharia e Ciências do Mar (ISECMAR) e com o Instituto Nacional de Administração e Gestão (INAG).

² Cabe esclarecer que as definições de bacharelato e licenciatura em Cabo Verde não têm o mesmo significado que no Brasil. Naquele país africano, enquanto o bacharelato corresponde ao que para nós seria um curso técnico-profissionalizante, a licenciatura tem o mesmo significado que graduação (bacharelato ou licenciatura), não se referindo apenas a cursos de graduação com viés para o ensino, como no Brasil. No entanto, como em Cabo Verde, por herança portuguesa, o ensino politécnico também é visto como ensino superior, fala-se da gênese desse tipo de ensino desde os finais da década de 1970.

³ O ano letivo em Cabo tem início em setembro ou outubro de cada ano e se encerra em junho ou julho do ano seguinte, assim como em Portugal e em outros países do hemisfério Norte, como forma de as férias escolares ocorrerem no verão. Daí o fato de os anos letivos desses países serem contados de um ano a outro.

Assim como o ISE substituiu o CFPES, o ISECMAR teve suas bases na criação do Centro de Formação Náutica (CFN), na Ilha de São Vicente (TOLENTINO, 2006; VARELA, 2013). Sendo Cabo Verde um arquipélago, era natural o desenvolvimento de uma marinha nacional, de modo que o CFN surgiu, em 1982, com o propósito de formar pessoal qualificado para integrar essa instituição, já que, até então, as viagens internacionais feitas pela marinha cabo-verdiana precisavam ser tripuladas por estrangeiros, aumentando as despesas do País. A formação no CFN se dava em nível técnico, mas também de bacharelato, chegando, inclusive, a ter duas licenciaturas. Os cursos tinham duração de quatro anos, com aulas teóricas nos dois primeiros anos, aulas práticas no terceiro ano, e retorno às aulas no centro de formação no último ano (VARELA, 2013).

Em 1996, com as dificuldades de as companhias marítimas cabo-verdianas serem competitivas no mercado, e com a saturação deste por profissionais formados pelo CFN, foi criado o ISECMAR, com o intuito de formar, também em todos os níveis, pessoal nas áreas das engenharias e ciências do mar (VARELA, 2013). Contudo, embora essa mudança tenha feito com que, ao longo dos anos, o número de alunos inscritos no ISECMAR fosse aumentando gradativamente, havia “menos estudantes por docente e menos pessoal não docente por estudante do que é desejável” (TOLENTINO, 2006, p. 299), revelando uma gestão pouco eficiente. Além disso, embora as licenciaturas não tivessem ganhado fôlego no ISECMAR, o número de bacharelados, especialmente na área de Engenharia, foi bem diversificado, chegando a 12, no último ano letivo (2007/2008), quando o instituto já estava integrado à Uni-CV.

Assim como o ISE e o ISECMAR, o INAG foi outra instituição pública pensada para desenvolver a educação superior em Cabo Verde. Em 1998, o INAG foi criado para suceder o Centro de Formação e Aperfeiçoamento Administrativo (CENFA), oficializado em 1981, mas que já estava em funcionamento desde 1978. O CENFA oferecia cursos médios, com duração de dois anos, com o objetivo de formar profissionais para assumir cargos na administração pública. A criação do INAG se deu na perspectiva de expandir as ações do CENFA, no intuito de não restringir suas atividades à administração pública, ampliando-as para outros tipos de organizações, como empresas e associações. No entanto, somente em 2003, o estatuto do INAG foi aprovado, fazendo com que este tivesse pouco tempo para atuar até se integrar à Uni-CV, em 2006.

Além do ISE, do ISECMAR e do INAG, outras IES também integraram a educação superior em Cabo Verde, como o Instituto Nacional de Investigação Agrária (INIDA), criado em 1997 – cujas bases foram lançadas em 1980, quando da criação do Instituto Nacional de Investigação Tecnológica (INIT) – e o Instituto Superior das Ciências Econômicas e Empresariais (ISCEE), criado em 1998, em uma parceria público-privada, mas cujas bases remontam aos Cursos Superiores de Gestão e Marketing e de Contabilidade, criados em 1995 (TOLENTINO, 2006). Contudo, essas instituições não conseguiram cumprir plenamente o papel que lhes foi outorgado, especialmente o de ir além das atividades de ensino, já que, para Varela (2014, 2963), “embora os diplomas de criação e ou os estatutos das primeiras instituições de ensino superior previssem o desenvolvimento das atividades de investigação e de extensão, especialmente no caso dos institutos públicos de ensino superior criados na década de 1990, **a função de ensino ou de transmissão de conhecimento foi sempre a componente dominante** das atividades acadêmicas”.⁴

Foi nesse contexto que, duas décadas e meia após a independência de Cabo Verde, foram criadas as primeiras instituições universitárias no País e que permanecem até os dias atuais, embora as suas bases tenham sido plantadas nos anos 1990, quando “estava subjacente a ideia de que, mais tarde ou mais cedo, com a criação das condições necessárias, o país teria que dar o salto qualitativo no sentido de se dotar de uma universidade pública, sem pôr em causa a possibilidade de, paralelamente, virem a ser criadas universidades privadas” (VARELA, 2013, p. 133).

O primeiro passo concreto para a criação do ensino universitário em Cabo Verde se deu no ano 2000, quando foi criada, formalmente, a Universidade de Cabo Verde (Uni-CV), através da Resolução n.º 53/2000. No entanto, como, naquele momento, nenhuma medida foi tomada para a sua implantação, a Universidade Jean Piaget (UniPiaget), instituição portuguesa, de natureza privada, é que figura como a primeira universidade do País (VARELA, 2013), já que foi nela que o ensino superior universitário, de fato, foi iniciado, no ano letivo 2001/2002, na cidade da Praia, Ilha de Santiago. A abertura da UniPiaget não representou apenas a implantação de uma universidade em Cabo Verde, mas, também, o início da participação da iniciativa privada em um setor que, antes, era desenvolvido apenas pelo Estado, abrindo portas para que outras IES privadas também fossem implantadas em

⁴ Destaque em negrito do autor.

Cabo Verde. Em 2005, a UniPiaget abriu um polo na cidade do Mindelo, na Ilha de São Vicente, e chegou ao ano letivo 2021/2022 oferecendo 17 cursos de licenciatura, nas áreas de Saúde, Ciências Humanas, Gestão, Engenharia e Educação, além de nove cursos de mestrado, nessas mesmas áreas, um doutorado em Desenvolvimento e Sustentabilidade Global, além de possuir quatro grupos de investigação. Naquele mesmo ano letivo, as mensalidades das licenciaturas custavam a partir de 12 mil escudos cabo-verdianos (CVE), valor alto, considerando-se o salário mínimo de cerca de 13 mil CVE em Cabo Verde.⁵ Para Tolentino (2006, p. 317), a “Universidade Jean Piaget de Cabo Verde dá um importante contributo ao desenvolvimento do ensino superior em Cabo Verde: primeiro, provando aos mais cépticos que esse nível de educação é viável no país; segundo, porque já forma dezenas de jovens e, terceiro, porque é um viveiro de quadros de ensino e investigação”.

Em 2003, alguns jovens cabo-verdianos criaram o Instituto de Estudos Superiores Isidoro da Graça (IESIG), na cidade do Mindelo (TOLENTINO, 2006), fazendo com que, naquele momento, as duas principais cidades do País (Praia e Mindelo) possuíssem uma universidade. O IESIG não foi apenas a segunda instituição universitária de Cabo Verde, mas a primeira de natureza privada totalmente cabo-verdiana. Em 2010, o IESIG deu origem à Universidade do Mindelo (U-Mindelo) que, no ano letivo 2021/2022, ofereceu 13 licenciaturas, com mensalidades de 15 mil CVE, quatro mestrados e um doutorado em Ciências da Saúde, além de um instituto de pesquisa, na área de Informática.

Somente em 2006, a Uni-CV foi implantada, tendo sua sede na cidade da Praia, onde foram integrados o ISE e o INAG, e um polo na cidade do Mindelo, na Ilha de São Vicente, com a integração do ISECMAR, tornando-se a terceira universidade de Cabo Verde e a única instituição pública até 2019. A integração desses institutos superiores à Uni-CV se deu através da transformação daqueles em departamentos, em suas respectivas áreas, e implicou na transferência de seus corpos docente e técnico e de toda a sua infraestrutura para a Uni-CV, já que os diferentes governos de Cabo Verde preferiram aproveitar as bases educacionais que já tinham para aprimorar o ensino superior no País (TOLENTINO, 2006; VARELA, 2013; 2014).

⁵ As Informações sobre cursos oferecidos e valores de mensalidades das IES de Cabo Verde no ano letivo 2021/2022 foram obtidas durante a pesquisa de campo em Cabo Verde, nos meses de fevereiro e março de 2022, através de visitas às instituições localizadas Ilha de Santiago e de contato telefônico ou visita a websites das universidades localizadas na Ilha de São Vicente.

A Uni-CV funcionou, inicialmente, com quatro departamentos, cujas bases foram os institutos superiores, que deixaram de existir em 2008: o Departamento de Ciência e Tecnologia (DCT), a partir do ISE e, posteriormente, em 2007, do INIDA; o Departamento de Engenharias e Ciências do Mar (DECM), com origem no ISECMAR; o Departamento de Ciências Sociais e Humanas, com base no ISE; e a Escola de Negócios e Governança (ENG), a partir do INAG. Para Tolentino (2006), “A estratégia de criar uma universidade pública a partir da qualificação (*upgrade*) e federação de instituições pré-existentes tem a vantagem de valorizar os vários recursos acumulados e o inconveniente de agregar corpos que nasceram e cresceram autônomos, pouco propensos a perderem o poder por menor e ilusório que seja” (TOLENTINO, 2006, p. 303).

Tendo em vista a impossibilidade de se criar um *campus* em cada uma das nove ilhas habitadas, a Uni-CV foi pensada como uma universidade em rede, tanto através do ensino à distância quanto através de parcerias com ou outras instituições (VARELA, 2013). Além disso, o ensino na Uni-CV foi pensado não apenas em nível de graduação e pós-graduação, mas também profissionalizante (Uni-CV 2016), com a criação dos Cursos de Estudos Superiores Profissionalizantes (CESP), com duração de três a quatro semestres, com objetivo de capacitar jovens para o mercado de trabalho. Assim, no ano letivo 2021/2022, a Universidade contava com 41 licenciaturas, quatro especializações, 14 mestrados e um doutorado em Ciências Sociais, além de cinco cursos profissionalizantes, apresentando as maiores ofertas formativas e a menor mensalidade das licenciaturas, dentre as IES de Cabo Verde, no valor a partir de nove mil CVE. No ano de 2019, a Uni-CV contava com 4.600 alunos, 280 docentes, além de 30 estudantes estrangeiros e 56 em mobilidade acadêmica.

Em outubro de 2021, a Uni-CV inaugurou um novo campus na cidade da Praia, construído e financiado pela China, com capacidade para receber 4.890 alunos e 476 docentes, em uma estrutura com salas de aula, midiateca, teatro, residência estudantil, refeitório, biblioteca e outras instalações. Ainda em 2021, o governo de Cabo Verde anunciou a intenção da abertura do Polo Universitário de Geociências e Vulcanologia, na Ilha do Fogo, ampliando a atuação das universidades cabo-verdianas para além das ilhas de Santiago e São Vicente.⁶

⁶ Informações obtidas em conversas informais e leitura de materiais no Campus da Uni-CV na cidade da Praia, durante visita àquela Universidade nos dias 14/02/22 e 23/03/22.

Também no ano de 2006, foi criada a quarta IES de Cabo Verde, o Instituto Superior de Ciências Jurídicas e Sociais (ISCJS), na cidade da Praia, que, no ano letivo 2021/2022 contava com sete licenciaturas, com mensalidades a partir de 12 500 CVE, algumas pós-graduações, além de quatro mestrados.

Em 2007, foi autorizado o funcionamento da quinta universidade do País, na cidade do Mindelo, a Universidade Lusófona de Cabo Verde – Baltasar Lopes da Silva (ULCV), com quatro licenciaturas e dois bacharelatos nas áreas de Ciências Humanas e Gestão (DGESC 2007). Em 2015, a ULCV implantou uma unidade na cidade da Praia, de modo que, no ano letivo 2021/2022, a Lusófona oferecia sete licenciaturas, com mensalidades de 12 mil CVE, além de um mestrado em Gestão de Recursos Humanos e Intervenção Organizacional.

O ano de 2008 foi aquele com maior abertura de instituições, com quatro novas unidades, totalizando nove IES em Cabo Verde, até aquele momento. A primeira delas foi a Mindelo-Escola Internacional de Arte (M-EIA), criado pela ONG Atelier Mar que, segundo Tolentino (2006), era uma organização com notável contribuição para “o desenvolvimento comunitário e nacional de Cabo Verde” (TOLENTINO, 2006, p. 324). A autorização de funcionamento da M-EIA saiu em 2007, mas suas atividades só tiveram início em 2008, com as licenciaturas em Artes Visuais e Design (DGESC 2007). Posteriormente, foram iniciados a licenciatura com mestrado integrado em Arquitetura e o mestrado em Educação Artística, que são oferecidos até os dias atuais.

Também em 2008 foi implantada, na cidade de Assomada, a Universidade de Santiago (US), inicialmente com oito licenciaturas (DGESC 2008), sendo a primeira universidade a ter campus e sede fora do eixo Praia-Mindelo, implantando, posteriormente, unidades nas cidades da Praia, em 2012, e do Tarrafal, em 2013, chegando a três *campi* na Ilha de Santiago. No ano letivo 2021/2022, a US possuía 13 licenciaturas e nove de mestrados.

Ainda em 2008, foram abertas a Universidade Intercontinental de Cabo Verde (UNICA), na cidade da Praia, que iniciou suas atividades com cinco cursos na área da saúde (DGESC 2008) e que, no ano letivo 2021/2022 contava com sete licenciaturas, com mensalidades a partir de 14 mil CVE; e o ISCEE, que, como vimos anteriormente, já existia

desde 1998, na cidade do Mindelo, em uma parceria público-privada, mas que, em 2008, passou a ser unicamente privado e teve nova autorização de funcionamento (DGESC 2008). No ano letivo 2021/2022 o ISCEE possuía cinco licenciaturas, com mensalidades de 14 mil CVE, dois mestrados e dois doutorados, os dois últimos graus em parceria com instituições internacionais.

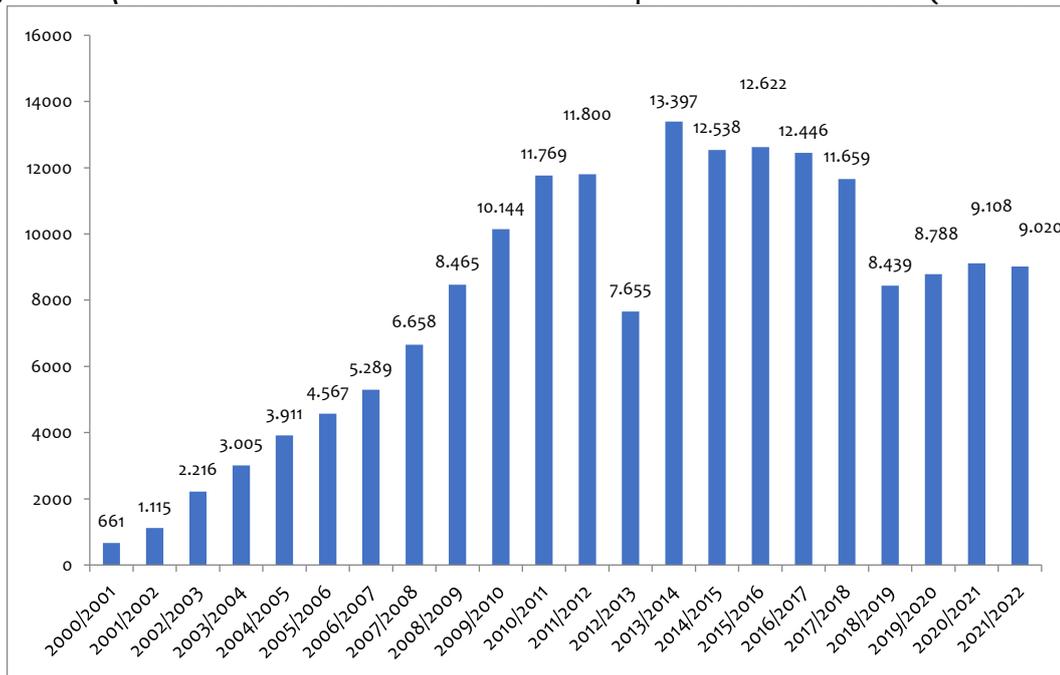
Em 2019, a Universidade Técnica do Atlântico (UTA) foi criada, na ilha de São Vicente, herdando o patrimônio acadêmico do ISECMAR, que havia se tornado Departamento de Engenharias e Ciências do Mar da Uni-CV, em 2006. Sendo assim, a UTA é resultado da desfiliação desse departamento, que deixou de integrar a Uni-CV e passou a ser uma IES, tornando-se a segunda universidade pública de Cabo Verde. Posteriormente, o Instituto de Ciências e Tecnologias Agrárias (ICTA), localizado na cidade de Porto Novo, na Ilha de Santo Antão, também integrou a UTA, em outubro de 2022, fazendo de Santo Antão a terceira ilha de Cabo Verde a receber uma universidade. No ano letivo 2021/2022, a UTA oferecia nove licenciaturas, dois mestrados e um doutorado.

- O ensino superior cabo-verdiano no pós-universidades

Como vimos anteriormente, Cabo Verde encerrou a segunda década do período pós-universidades, no ano de 2020, com 10 IES, sendo duas públicas e oito privadas, e essa expansão se deve à demanda de cabo-verdianos que buscaram o ensino superior no País, nem sempre correspondendo apenas aos jovens recém-saídos do ensino secundário, mas, também, a adultos que buscavam maior qualificação (RAMOS, 2017), representando uma demanda reprimida, que pode ser percebida na Figura 1, acerca da frequência do ensino superior entre os anos 2000 e 2022.⁷

⁷ A educação em Cabo Verde está dividida em Pré-Escolar, Escolar e Extra-Escolar. A fase pré-escolar corresponde à das crianças de quatro e cinco anos, sendo, a partir da Lei de Bases do Sistema Educativo (LBSE), de 2018, obrigatória e gratuita. A fase escolar corresponde a quatro níveis de ensino: o ensino Básico (1º ao 8º ano), que é obrigatório e gratuito; o ensino Secundário (9º ao 12º ano), com via geral e via técnica; o ensino Superior (facultativo e não-gratuito), com instituições universitárias e politécnicas; e as Modalidades Especiais (para pessoas com deficiência, crianças superdotadas etc...). A fase Extra-Escolar corresponde à alfabetização, educação básica e formação profissional de adultos.

Figura 1 – Quantidade de estudantes no Ensino Superior de Cabo Verde (2000 a 2022).



Fonte: Adaptado de DGESC (2011); Varela (2013); MESCI (2013); Ministério da Educação (2017a, 2017b; 2018; 2019); INE (2021); ARES (2022)

Notemos que no ano letivo 2000/2001 ainda não havia instituições universitárias em Cabo Verde, apenas institutos superiores (como o ISE, ISECMAR, o INAG, o UNIT e o ISCEE) e que, naquele momento, havia 661 estudantes matriculados nessas instituições. No entanto, com a chegada das universidades, esse número vai aumentando, gradativamente, passando para 1.115 alunos, no ano letivo 2001/2002 para a 8.465 alunos no ano letivo 2008/2009, ano em que nove das 10 IES já haviam sido implantadas. Obviamente, o aumento do número de estudantes nas universidades cabo-verdianas de um ano para o outro não significa que as novas matrículas estavam relacionadas a cada nova IES implantada no respectivo ano, mas, sobretudo, a uma “cultura” universitária que Cabo Verde começou a viver. É nesse sentido que Tolentino (2006) afirma que os cursos oferecidos pelos institutos superiores, assim como os anteriores a eles, não supriam os anseios dos cabo-verdianos no que tange a uma formação superior consistente, já que não havia muita adesão a esses cursos. Com isso, o País termina a sua primeira década pós-universidades com um crescimento de mais de 1.500% (de 661 alunos no ano 2000 para 10.144 alunos em 2010) na quantidade de estudantes em suas IES.

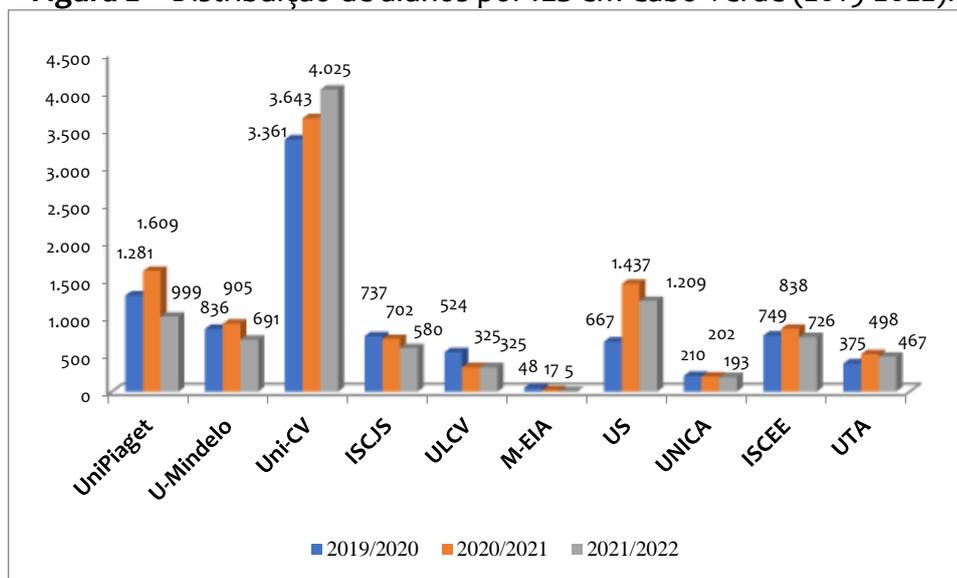
Ao longo da década seguinte, percebemos que o ano letivo 2013/2014 teve o maior número de alunos matriculados nas IES cabo-verdianas (13.397), embora o ano letivo anterior, 2012/2013, tenha apresentado uma queda abrupta na quantidade de alunos (7.655), cujas causas não puderam ser auferidas. Além disso, após o crescimento vertiginoso em 2013/2014, o número de alunos começou a decrescer, gradativamente, encerrando a segunda década pós-universidades com 8.788 estudantes matriculados nas IES cabo-verdianas. No início da terceira década, a frequência de alunos ganhou um pouco de fôlego no ano letivo 2020/2021 (9.108 alunos), chegando ao ano letivo 2021/2022 com 9.020 estudantes, número menor do que máximo de estudantes da primeira década, que foi de 10.144.

Um estudo do Banco Mundial acerca do ensino superior em Cabo Verde, realizado no ano de 2012, já previa uma queda no número de matrículas ao longo da segunda década, causado pelo decréscimo demográfico da população e pelo menor número de estudantes no ensino secundário. Referindo-se ao final da primeira e início da segunda década pós-universidades, quando os números continuavam crescendo, o Banco Mundial afirma que

[...] a atual “forte procura” do ensino superior, provavelmente atingirá o auge por volta de 2015 e, em seguida, diminuirá lentamente ao longo dos anos seguintes, até se estabilizar por volta de 2020. Um risco dessa dinâmica é que Cabo Verde pode encontrar-se com excesso de capacidade no ensino superior, quando este ciclo estiver concluído, como resultado da elevada expansão, em resposta à forte procura atual. Se assim for, então é possível que algumas instituições do ensino superior venham a precisar de se fundir com outras, para continuarem a ser viáveis. Algumas poderão mesmo ser forçadas a fechar devido à insuficiente procura. Estas possibilidades devem motivar as instituições existentes a buscar formas de trabalhar em parceria, a fim de manter a flexibilidade, dividindo os custos e instalações (especialmente à medida que estendem os seus programas a outras ilhas) e evitando expandir-se demasiadamente (BANCO MUNDIAL, 2012, p. 43-44).

Quando observamos a distribuição desses alunos por IES nos três últimos anos letivos analisados, quando a UTA já havia sido implantada, percebemos que a Uni-CV foi a universidade que acolheu o maior número de estudantes cabo-verdianos naqueles três anos, com 3.361 no ano letivo 2019/2020, 3.643 em 2020/2021 e 4.025 em 2021/2022, conforme Figura 2.

Figura 2 – Distribuição de alunos por IES em Cabo Verde (2019-2022).

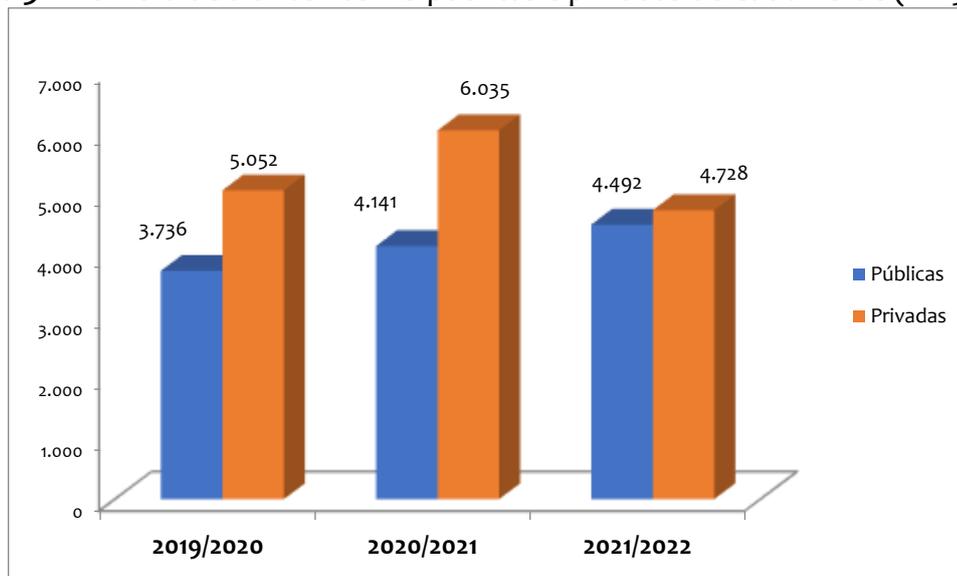


Fonte: Adaptado de ARES (2022).

Dentre as IES privadas, a UniPiaget, a Universidade de Santiago, a U-Mindelo e o ISCEE foram as que apresentaram maior número de estudantes. Particularmente em relação à Ilha de Santiago, a UniPiaget apresentou os maiores números nos anos letivos 2019/2020 e 2020/2021, no entanto, a US a superou no ano 2021/2022, chegando a 1.209 estudantes, após um crescimento de 215% do ano letivo 2019/2020 para 2020/2021. Já na Ilha de São Vicente, o ISCEE e a U-Mindelo apresentaram números semelhantes, embora a U-Mindelo oferecesse uma maior diversidade de cursos, o que mostra que o ISCEE representou um papel de destaque na atração de estudantes na área de gestão na qual atuava. Por outro lado, a M-EIA e a UNICA foram as IES que apresentaram o menor número de alunos, com destaque para a M-EIA que, no ano letivo 2021/2022, teve apenas cinco estudantes matriculados.

Contudo, quando analisamos a participação das universidades públicas e privadas no ensino superior de Cabo Verde, percebemos que as oito instituições privadas acolheram um maior número de estudantes do que as duas públicas no mesmo período, conforme Figura 3, revelando que o setor privado manteve, na segunda década pós-universidades, uma importante participação no ensino superior do País, embora no último ano letivo analisado (2021/2022) já fosse possível ver uma aproximação entre os dois setores.

Figura 3 – Número de alunos nas IES públicas e privadas de Cabo Verde (2019-2022).



Fonte: Adaptado de ARES (2022)

No que tange às frequências dos estudantes nos diferentes níveis de formação das IES cabo-verdianas, entre os anos 2000 e 2008, mesmo com o surgimento das universidades, os bacharelatos continuaram a ter um peso importante na formação dos estudantes, como podemos ver no (Quadro 1), sendo estes cursos tradicionais que os institutos superiores costumavam oferecer e que continuaram sendo ofertados pelas universidades até serem extintos em 2010, pela Lei de Base do Sistema Educativo (LBSE) de 2010.⁸

Quadro 1 – Porcentagem de alunos por nível de formação nas IES de Cabo Verde (2000-2008).

	2000/ 2001	2001/ 2002	2002/ 2003	2003/ 2004	2004/ 2005	2005/ 2006	2006/ 2007	2007/ 2008
Bacharelato	83,5%	62,6%	53,1%	66,5%	57,5%	41,6%	37,5%	29,8%
Licenciatura	16,5%	35,6%	46,7%	32,0%	40,8%	56,8%	60,3%	66,3%
Mestrado	0,0%	1,8%	0,2%	1,2%	1,5%	1,4%	2,0%	3,8%
Doutorado	0,0%	0,0%	0,0%	0,3%	0,2%	0,2%	0,2%	0,1%
Total	100,0%							

Fonte: Adaptado de Varela (2013)

⁸ Os dados originais que permitiram a construção do Quadro 1 apresentavam a quantidade de alunos e não a sua porcentagem. Contudo, como os dados a partir do ano letivo 2011/2012 apareceram nos Anuários do Ensino Superior em porcentagem, eu converti os dados de 2001 a 2008 para que tivéssemos uma leitura melhor em relação aos dados da década seguinte que aparecerão no Quadro 2.

Somente a partir do ano letivo 2005/2006, a quantidade de alunos matriculados nas licenciaturas começou a superar os bacharelatos, e os mestrados começaram a ganhar um pouco mais de destaque no ensino superior cabo-verdiano, ao passo que os doutorados mantiveram-se com baixa procura, com apenas oito matriculados entre os anos letivos de 2003/2004 e 2007/2008, possivelmente se referindo a uma turma de um único curso de doutorado. Ainda em relação aos mestrados, os dados mostram que no ano letivo 2000/2001 não havia nenhum aluno matriculado em cursos de mestrado em Cabo Verde, mas já no ano letivo 2001/2002 havia 20 alunos (1,8%), dando a entender que se iniciou uma ou mais turmas de mestrado. No entanto, no ano letivo seguinte 2002/2003 esse número caiu para cinco (0,2%), dando a entender que os demais alunos do ano anterior desistiram dos seus cursos, o que não pudemos comprovar durante a pesquisa de campo em Cabo Verde.

Por sua vez, logo no início da segunda década pós-universidades, já foi possível perceber uma mudança significativa nas ofertas das licenciaturas em relação aos bacharelatos, fazendo com que, no ano letivo 2011/2012 a porcentagem de alunos nas licenciaturas chegasse a 91,1%, enquanto os bacharelatos alcançaram apenas 0,2%, deixando de ter alunos a partir do ano letivo 2014/2015, conforme Quadro 2.⁹

Quadro 2 – Porcentagem de alunos por nível de formação nas IES de Cabo Verde (2011-2018).

Grau Acadêmico	2011/ 2012	2012/ 2013	2013/ 2014	2014/ 2015	2015/ 2016	2016/ 2017	2017/ 2018
Doutorado	0,1%	0,1%	0,1%	0,1%	0,1%	0,2%	0,5%
Mestrado	3,0%	3,8%	3,2%	3,0%	3,5%	2,9%	3,2%
Pós-Graduação	0,0%	0,4%	0,0%	0,1%	0,7%	0,7%	0,7%
Licenciatura	91,1%	85,1%	83,8%	86,3%	87,4%	89,7%	89,8%
Complemento de Lic.	0,9%	6,9%	9,6%	5,9%	5,8%	3,7%	3,0%
Bacharelato	0,2%	0,2%	0,1%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
CESP	4,7%	3,5%	3,1%	4,1%	2,5%	2,2%	2,0%
Total	100,0%	100,0%	99,9%	99,5%	100,0%	99,4%	99,2%

Fonte: Adaptado de MESCI (2013) e Ministério da Educação (2017a, 2017b; 2018; 2019).

⁹ Os dados percentuais apresentados no Quadro 2 foram obtidos diretamente dos Anuários do Ensino Superior de Cabo Verde, portanto, as incongruências nas porcentagens totais dos anos letivos 2013/2014, 2014/2015, 2016/2017 e 2017/2018 devem se dar, provavelmente, devido a uma aproximação dos dados, por casas decimais.

No entanto, entre 2011 e 2018, as licenciaturas começam a ver diminuir o número de alunos, passando de 91,1% no ano letivo 2011/2012 para 89,8% em 2017/2018, muito embora a diversidade na oferta de cursos tenha aumentado ao longo daqueles anos, conforme Quadro 3.

Quadro 3 - Evolução do número de ofertas de cursos segundo grau (2010-2018).

Grau Acadêmico	2011/2012	2012/2013	2013/2014	2014/2015	2015/2016	2016/2017	2017/2018
Doutorado	1	2	1	1	1	3	4
Mestrado	20	22	20	27	30	22	17
Pós-Graduação	0	0	0	0	0	3	3
Licenciatura (Lic)	65	65	72	71	78	88	89
Complemento de Lic	4	16	12	15	8	12	9
Bacharelato	6	7	6	4	5	0	0
CESP	17	15	14	20	18	14	11
Mestrado Integrado	0	0	0	0	0	3	2

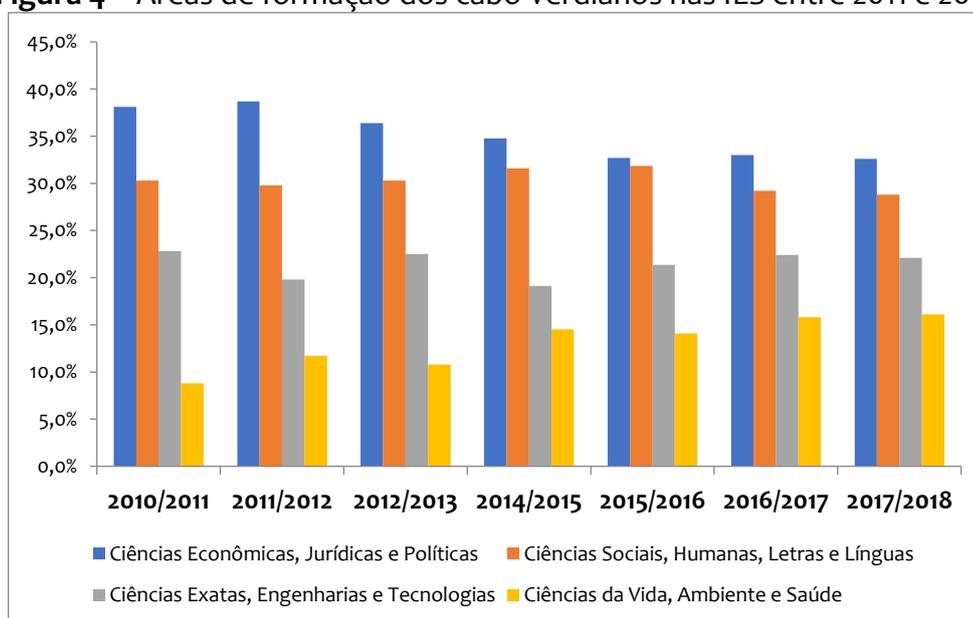
Fonte: Adaptado de MESCI (2013) e Ministério da Educação (2017a, 2017b; 2018; 2019).

Ainda quando observamos os quadros 2 e 3, percebemos que os mestrados ofereceram entre 20 e 30 cursos entre 2010 e 2018, sendo os anos letivos 2014/2015 e 2015/2016 aqueles que tiveram maiores ofertas, chegando a 27 e 30 cursos, respectivamente, com a frequência de alunos variando entre 2,9% (2016/2017) e 3,8% (2012/2013). Por outro lado, a frequência nos cursos de doutorado variou entre 0,1% e 0,5% entre 2011 e 2018, com predominância de um curso por ano, embora nos anos letivos 2016/2017 e 2017/2018 essas ofertas chegassem a três e quatro cursos, respectivamente, dando sinais de que os doutorados possivelmente cresceram nos anos seguintes.

Além disso, é importante destacar, nessa segunda década, a oferta de cursos que não foram contabilizados na década anterior (Quadro 3), como os de Pós-graduação, Complemento de Licenciatura, Mestrado Integrado e cursos politécnicos, como os CESP. Esses últimos, por exemplo, ofereceram menos cursos que os mestrados entre 2011 e 2018, chegando a 20 no ano letivo 2014/2015, mas teve maior porcentagem de alunos no mesmo período (Quadro 2), embora apresentando queda nos últimos anos, com 4,7% de alunos no ano letivo 2011/2012 e apenas 2,0% em 2017/2018. Esses dados podem refletir a preocupação dos jovens cabo-verdianos de, em um primeiro momento, buscar cursos que teoricamente facilitam o seu ingresso mais rápido no mercado de trabalho, porém, em não se confirmando essa facilidade, os cursos começam a perder interesse.

Em relação à procura dos alunos por áreas de formação, os dados mostram que, desde o início da segunda década pós-universidades, as áreas mais procuradas pelos cabo-verdianos foram as das Ciências Econômicas, Jurídicas e Políticas, seguidas pelas Ciências Sociais, Humanas, Letras e Línguas, pelas Ciências Exatas, Engenharias e Tecnologias e, por fim, Ciências da Vida, Ambiente e Saúde, conforme Figura 4. Esses dados também revelam que a única área que demonstrou um aumento de um ano letivo para o outro foi justamente aquela que apresentou o menor número de matriculados: a das Ciências da Vida, Ambiente e Saúde, que passou de 15,8% em 2016/2017 para 16,1% em 2017/2018.

Figura 4 – Áreas de formação dos cabo-verdianos nas IES entre 2011 e 2018.



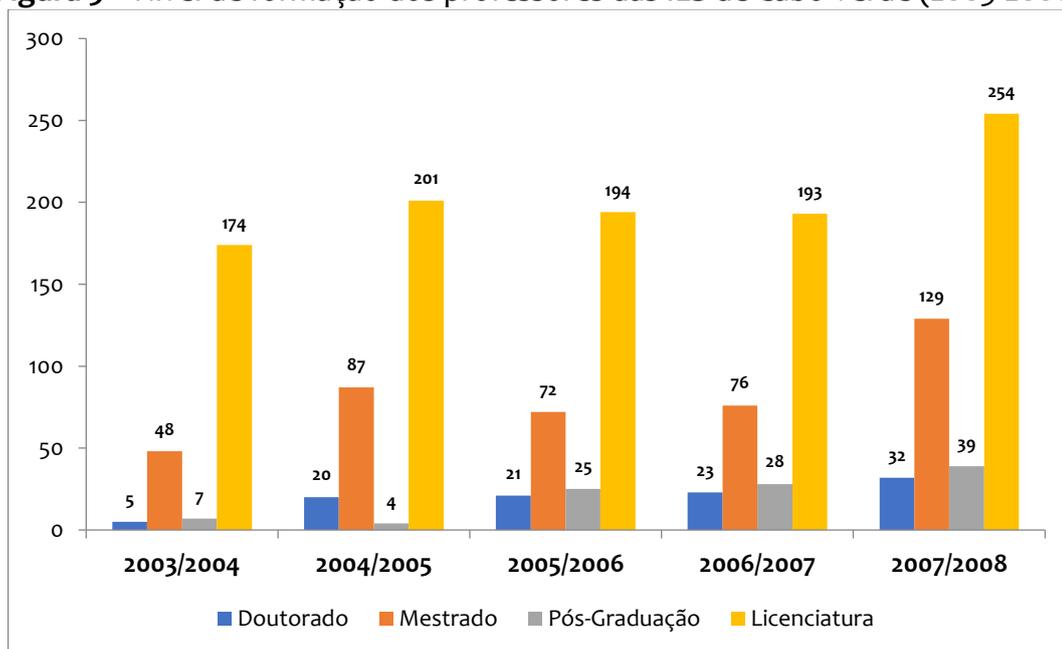
Fonte: Adaptado de MESCI (2013) e Ministério da Educação (2017a, 2017b; 2018; 2019).

Por sua vez, embora com o surgimento das universidades a demanda por vagas e a oferta de cursos aumentassem, a qualificação dos professores, que já representava um problema, desde a década de 1970, persistiu no pós-universidades, conforme Figura 5.

É bem verdade que a quantidade de mestres e doutores foi aumentando ao longo dos anos, já que, no ano letivo 2003/2004, havia 48 mestres e cinco doutores nas universidades de Cabo Verde e esse número passou para 129 mestres e 32 doutores, em 2007/2008. No entanto, a quantidade de professores cujo maior grau acadêmico era a licenciatura permaneceu muito superior aos demais, número que, surpreendentemente, chegou a aumentar, passando de 174 licenciados em 2003/2004 para 254 no ano letivo

2007/2008, levando-nos a entender que as universidades que foram sendo implantadas no início do período pós-universidades ou não priorizaram a qualificação docente ou que não havia professores qualificados em Cabo Verde para atender uma possível oferta de trabalho, já que muitos cabo-verdianos que se qualificavam no exterior, não retornavam para Cabo Verde (TOLENTINO, 2006).

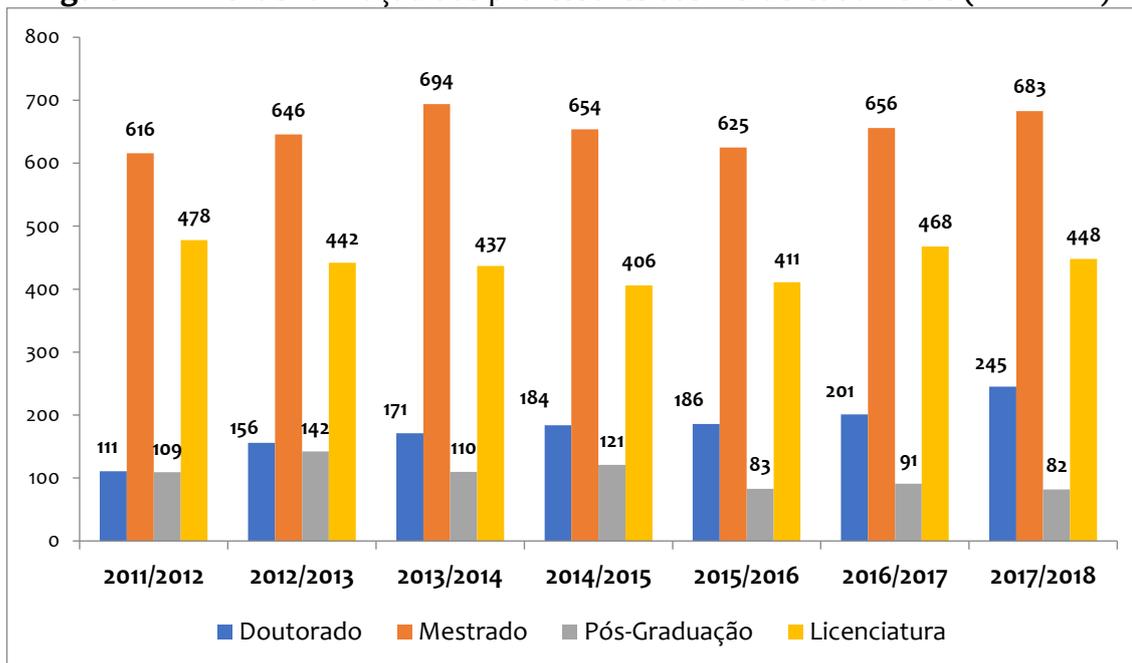
Figura 5 – Nível de formação dos professores das IES de Cabo Verde (2003-2008).



Fonte: Adaptado de Varela (2013).

No entanto, quando observamos essa mesma qualificação docente na segunda década, percebemos que, embora a proporção de mestres e doutores tenha aumentado, significativamente, em relação à década anterior, com os doutores chegando a 245 no ano letivo 2017/2018 e os mestres a 683, conforme Figura 6, a quantidade de professores que possuíam apenas a licenciatura permaneceu grande ao longo da segunda década, chegando a 448 licenciados no último ano letivo analisado. Esses dados revelam que, nas IES de Cabo Verde, é comum licenciados formarem licenciados, pois, mesmos se considerarmos os cursos politécnicos, como os CESP, que conferem, também, diplomas de estudos profissionalizantes, o que justificaria professores apenas licenciados, ainda assim o número de docentes apenas com licenciatura é grande para a oferta de cursos politécnicos.

Figura 6 – Nível de formação dos professores das IES de Cabo Verde (2011-2018).



Fonte: Adaptado de MESCI (2013) e Ministério da Educação (2017a; 2017b; 2018; 2019).

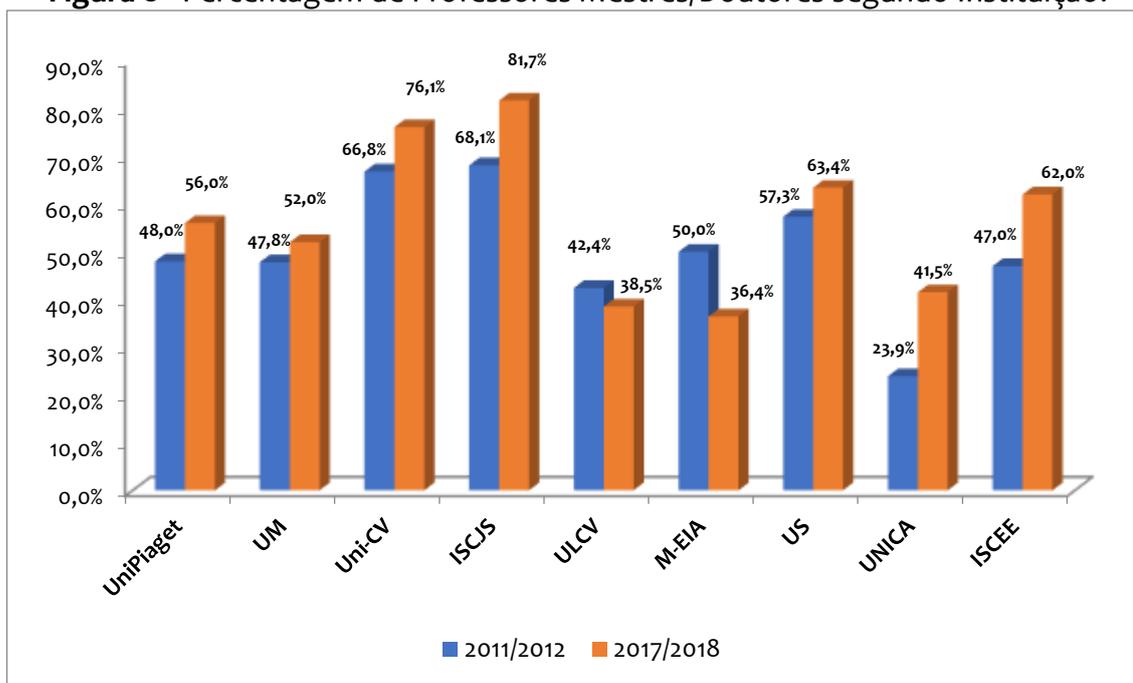
Em 2012, como forma de contornar esse problema, o Decreto-Lei nº 20/2012, que estabelece o Regime Jurídico das Instituições de Ensino Superior (RJIES) estabeleceu um referencial mínimo de qualificação docente, de forma que, a partir daquele momento, cada IES deveria ter, pelo menos, um doutor para cada 120 alunos, um doutor em cada curso, metade dos docentes de cada curso ser mestres e ser do quadro integral da instituição (Conselho de Ministros 2012). Em 2015, o RJIES foi atualizado, pelo Decreto-Lei nº 12/2015 (Conselho de Ministros 2015), mas não houve alterações quanto à qualificação do corpo docente. Para Varela (2014),

[...] o número ainda limitado de doutores, a dispersão dos docentes mais graduados em absorventes atividades gestão, a existência de um número expressivo de docentes em regime *part time* ou de acumulação de funções em diversas IES, a ausência quase total de recursos financeiros públicos alocados à formação pós-graduada, à investigação e à publicação científicas e a ausência de um rigoroso sistema de avaliação de desempenho do pessoal docente são os **fatores que não têm favorecido a atividade de produção do conhecimento científico** no ensino superior cabo-verdiano (VARELA, 2014, 2965).¹⁰

¹⁰ Destaque em negrito do autor.

Ainda sobre a qualificação docente, a Figura 7 nos apresenta dados sobre a porcentagem de professores mestres e doutores nas nove primeiras IES cabo-verdianas, no início da segunda década pós-universidades (ano letivo 2011/2012) e no final daquele mesmo período (ano 2017/2018).¹¹ Os dados revelam que o ISCJS foi a instituição que mais se destacou no número de mestres e doutores em Cabo Verde, apresentando a maior porcentagem no início (68,1%) e no final (81,7%) da segunda década, superando, inclusive, a Uni-CV, que é a primeira IES pública do País e que foi fundada no mesmo ano. Talvez, graças à qualificação docente dos professores do ISCJS, os cursos da área das Ciências Econômicas, Jurídicas e Políticas, especialidades daquela Instituição, tenham se destacado na preferência dos estudantes ao longo da segunda década pós-universidades.

Figura 8 - Percentagem de Professores Mestres/Doutores segundo Instituição.



Fonte: Adaptado de MESCI (2013) e Ministério da Educação (2019)

As três fases do Ensino Superior em Cabo Verde de 1979-2022

¹¹ A UTA foi excluída dessa comparação, uma vez que a sua implantação se deu apenas no ano de 2019.

Diante do contexto que nos foi apresentado anteriormente, podemos dizer que o ensino superior em Cabo Verde foi sendo desenvolvido em fases, influenciadas tanto pelo contexto político em que o País vivia, quanto pelo direcionamento que os diferentes governos deram à educação superior, como, também, pela natureza dos cursos que foram sendo oferecidos em cada fase.

A primeira fase, a qual eu denominei de *embrionária*, teve início em 1979, com o surgimento do CFPES, logo após a independência do País. Nessa fase, a educação superior se deu a partir de cursos de formação de professores (como CFPES e o CFPEB), de cursos profissionalizantes (como CFN e INIT) e de cursos voltados para a administração pública (como o CENFA), todos sob a tutela do Estado, já que Cabo Verde vivia sob o regime socialista de partido único, o PAIGC que, em 1981, transformou-se em PAICV, refletindo o afastamento da Guiné-Bissau (LOPES, 2006; TOLENTINO, 2016). No entanto, para Tolentino (2006), os cursos superiores oferecidos na *fase embrionária* eram, na verdade, “[...] ações de formação superior [...] de natureza politécnica e de curta duração” (TOLENTINO, 2006, p. 261), deixando claro que a proposta daqueles cursos estava distante daquilo que realmente se esperava de um ensino superior em Cabo Verde.

É natural que, naquele momento, em virtude da necessidade do País de ter pessoas qualificadas para assumir diferentes papéis na construção da nova nação que surgia, o foco da educação superior estivesse nos setores considerados mais importantes para Cabo Verde: a educação, através da formação de professores, especialmente em função do alto índice de analfabetismo dos cabo-verdianos (TOLENTINO, 2006); a administração pública, que precisava de pessoas qualificadas para gerir a Nação (LOPES, 1996; TOLENTINO, 2006); além de áreas estratégicas para o País, como a navegação, em virtude da característica insular de Cabo Verde, e a agricultura, tendo em vista que as constantes secas e a fome sempre foram desafios para os cabo-verdianos (LOPES, 1996; HERNANDEZ, 2002; TOLENTINO, 2006). Daí a importância que os cursos de formação de professores, os cursos profissionalizantes e os cursos de capacitação dos gestores públicos tiveram nessa fase, ainda que mantivessem um perfil politécnico.

Assim, o ensino superior desenvolvido em Cabo Verde na *fase embrionária* estava longe do que hoje entendemos como ensino superior e, até mesmo, daquilo que países com a educação superior mais sólida concebia, já que a maioria dos cursos cabo-verdianos nessa fase ainda se dava em caráter de bacharelato, com duração máxima de três anos, especialmente no caso dos cursos de formação de professores, e de cursos técnicos, havendo pouca ênfase nas licenciaturas. Os próprios desafios vividos pela nova Nação, especialmente a baixa qualificação docente, dificultaram o deslanchar das licenciaturas naquele momento, já que, nas décadas de 1970 e 1980 ainda não havia muitos professores com mestrado e doutorado no País e, algumas vezes, nem mesmo com licenciatura.

Outra característica dessa fase é o fato de Cabo Verde ser governado por um partido de viés socialista, em regime de partido único, o que fez com que o poder público assumisse completamente as rédeas da educação cabo-verdiana, de forma que o setor privado não podia participar do processo. Além disso, a diplomacia política do PAIGC, durante a luta pela independência de Cabo Verde e Guiné-Bissau, fez com que, após a independência, os dois países recebessem apoio de muitas nações, inclusive no que tange à cooperação em educação, de modo que muitos cabo-verdianos saíram para estudar no exterior com bolsas de “países-amigos”, como Alemanha, Argélia, Brasil, Cuba, Estados Unidos, França, Portugal e URSS (TOLENTINO, 2006). Assim, mesmo com cursos superiores no País, os cabo-verdianos ainda precisavam buscar uma formação superior no exterior, já que nem todas as áreas foram contempladas nos cursos da *fase embrionária* e que, possivelmente, os cursos oferecidos, cuja natureza era eminentemente politécnica, não atraía a todos que buscavam um maior nível de formação.

Contudo, em 1990, Cabo Verde deu os primeiros passos para se transformar em uma nação democrática, quando um congresso convocado pelo PAICV aboliu o regime de partido único, abrindo espaço para que outros partidos surgissem na cena política cabo-verdiana, como o Movimento para a Democracia (MpD) que, em 1991, passou a governar o País (TOLENTINO, 2016; LOPES, 2013).

Assim, com a abertura política, em 1990, encerra-se a *fase embrionária* do ensino superior cabo-verdiano e é justamente com o início do pluripartidarismo e da democracia em Cabo Verde que começa uma nova fase do ensino superior no País, a qual eu denominei

de *fase institucional*, quando o setor privado começa a participar da educação superior, embora ainda de forma lenta, como foi o caso do ISCEE, que existiu, até 2008, em parceria com o setor público.

Além do fato de que Cabo Verde passou a ser governada em regime democrático e que o setor privado começou a participar da educação superior no País, outra característica da *fase institucional* foi a criação, em 1990, da Lei de Bases do Sistema Educativo (LBSE), a primeira legislação pós-independência voltada para regulamentar a educação no País, em todos os seus níveis.¹² A primeira LBSE já apresentava uma visão bem completa do que Cabo Verde pensava para o ensino superior no País (ASSEMBLEIA NACIONAL POPULAR, 1990), de forma que, ao longo dos anos, pequenas alterações foram feitas nas LBSE de 1999, 2010 e 2018, sendo esta última a sua versão mais atual (CONSELHO DE MINISTROS, 1999; 2010; 2018). A LBSE de 1990 já compreendia, desde aquele momento, o ensino superior como um ensino universitário, mas também politécnico, e já destacava a importância de se incentivar o trabalho de pesquisa e investigação científica, aspectos que os cursos da *fase embrionária* pouco desenvolveram. Dentre as orientações que foram alteradas ao longo dos anos, por exemplo, temos os graus de ensino que podiam ser conferidos e que, na LBSE de 1990, eram os de bacharel, licenciado, mestre e doutor, e que, na LBSE de 2010, excluiu o grau de bacharel. Com esse estímulo, a natureza dos cursos oferecidos na *fase institucional* apresentou uma leve mudança em relação à fase anterior, já que as licenciaturas começaram a ganhar maior espaço no cenário educacional, embora a oferta de bacharelatos ainda fosse muito superior. Por sua vez, foi na transição dessa fase para a seguinte que os mestrados começaram a ser ofertados, porém, sempre em parceria com instituições internacionais, como vimos no caso dos mestrados em História (2001/2002) e em Estudos Africanos (2003/2004).

Outra característica da *fase institucional* do ensino superior, que deve ter sido fruto da LBSE e da concepção que se tinha de ensino superior, foi a transformação dos antigos cursos técnicos e de formação de professores da *fase embrionária* em institutos superiores,

¹² Durante a fase embrionária, a legislação que regulava a educação foi o Regulamento do Ensino Primário Elementar, criado no Diploma Legislativo n.º 1724, de 23 de Setembro de 1970, ainda no período colonial, e que não foi alterado pelo governo socialista. Sobre esse assunto ver Tolentino (2006).

com autonomia pedagógica (TOLENTINO, 2006), na perspectiva de dar mais ênfase às licenciaturas e à pesquisa e extensão, já que estas pouco foram desenvolvidas na fase anterior. Foi nessa perspectiva que, por exemplo, o CFPEs se tornou ISE, em 1995, e que o CFN se tornou ISECMAR, em 1996. Contudo, essa transformação se deu muito mais na forma do que no conteúdo, já que o ISE e o ISECMAR herdaram a estrutura, os recursos, mas, também, os desafios dos seus respectivos cursos da *fase embrionária*, como a baixa qualificação dos professores e o baixo número de diplomados, e pouco avançaram, nos anos seguintes, no que tange à construção de um ensino superior mais sólido. Prova disso é que, como vimos anteriormente, até a primeira década pós-universidades os cursos de bacharelato eram muito superiores às licenciaturas.

Foi nesse cenário que, nos finais dos anos 1990, começaram a surgir as primeiras legislações que apontavam para uma preocupação em materializar um ensino superior mais coerente com as necessidades do País. Assim, para além da LBSE, que já apontava o ensino universitário como parte essencial do ensino superior, outros documentos oficiais, ao longo daquela década, apontaram para a movimentação do Estado no sentido da criação de uma universidade pública em Cabo Verde,

[...] como transparece em alguns dos textos oficiais, designadamente, na Resolução n.º 46/98, de 28 de Setembro, que cria o ISCEE, em cujo Preâmbulo se falava da ‘futura Universidade de Cabo Verde’, na Revisão Constitucional de 1999, que assumia o desiderato de ‘promover a educação superior, tendo em conta as necessidades de quadros qualificados e da elevação do nível educativo, cultural e científico do País’ (alínea e) do n.º 2 art.º 77º), e na Lei de revisão da Lei de Bases do Sistema Educativo, de 1999, em que se previa, expressamente, a existência de universidades, como um dos estabelecimentos de ensino superior (Cf. art.º 35º, na redação dada pela Lei n.º 113/V/99, de 18 de Outubro) (Varela 2013, 133).

Nesse contexto, entramos na terceira fase do ensino superior cabo-verdiano, a qual denominei de *fase universitária*, que se inicia no ano 2000, com a legislação de criação da Uni-CV, e vai até os dias atuais. Essa fase é caracterizada pela expansão do ensino superior no País, sobretudo na primeira década (2000-2010), não apenas no que concerne à quantidade de IES em funcionamento, com nove implantadas até 2008, mas, também, em relação à quantidade de estudantes matriculados nas universidades cabo-verdianas que, como vimos, representou uma demanda reprimida.

A *fase universitária* é também definida pela intensa participação da iniciativa privada no ensino superior de Cabo Verde, haja vista que, das 10 IES criadas entre 2001 e 2019, oito eram privadas. Além disso, vimos que a quantidade de alunos nas universidades do País foi muito maior nas instituições privadas do que nas públicas, número que caiu nos últimos anos, revelando mais do que uma aproximação entre os dois setores, mas, possivelmente, uma saturação do setor. Embora ainda não haja nenhum estudo, até o momento, sobre a qualidade do ensino superior cabo-verdiano após a implantação das 10 IES, é importante ressaltar o papel que algumas instituições privadas têm no tocante à qualidade docente, como o ISCJS, que apresentou, especialmente na segunda década pós-universidades, o maior percentual de docentes mestres e doutores, ultrapassando, inclusive, a Uni-CV. Isso reforça que, assim, como as públicas, há instituições privadas comprometidas com o ensino superior em Cabo Verde, embora também haja casos em que essas instituições privadas estão muito aquém da qualidade docente esperada.

Por fim, no que tange à natureza dos cursos oferecidos na *fase universitária*, é importante destacar o salto que as licenciaturas deram em relação aos bacharelados, sobretudo a partir do ano letivo 2005/2006, revelando que a abertura de universidades, instituições que têm a licenciatura como curso essencial, foi crucial para a valorização do ensino superior em Cabo Verde. Por outro lado, em relação aos cursos de mestrado e doutorado, embora a oferta de mestrados tenha crescido, sobretudo na segunda década da *fase universitária*, no que se refere aos doutorados a sua oferta ainda é bem limitada. Considerando-se que a oferta desses dois tipos de cursos pode refletir a capacidade científica de uma IES, nesse aspecto, Cabo Verde ainda não conseguiu se consolidar, já que muitos desses cursos ainda são oferecidos em parceria com instituições internacionais.

Considerações finais

Imaginemos um país, que acabou de se tornar independente, após mais de cinco séculos de colonização, com 67% da sua população analfabeta; um país que precisava garantir uma formação superior para seus cidadãos para que estes pudessem se qualificar para serem os protagonistas do desenvolvimento da nova nação que se iniciava; um país

que, com quase 70% de analfabetos, por um lado, não tinha uma quantidade suficiente de professores qualificados para se dividir pelas suas nove ilhas habitáveis e alfabetizar o máximo de seus cidadãos e, por outro, não tinha muitos cidadãos preparados para ingressar no ensino superior, haja vista o alto grau de analfabetismo. Era esse cenário que Cabo Verde vivia, em 1975, quando ficou independente e definiu que a educação do seu povo seria a prioridade do País (TOLENTINO, 2006; VARELA, 2014; TOLENTINO, 2016).

Assim, em 1979, quatro anos após a independência do País, com um governo de partido único e viés socialista, o ensino superior teve início em Cabo Verde, através de cursos profissionalizantes e para formação de professores, no intuito de preparar o máximo de técnicos, gestores públicos e professores para atuar em diferentes áreas. Isso porque, seguindo o modelo português, o ensino politécnico também era considerado superior em Cabo Verde e até hoje assim o é. Foi essa fase que eu chamei de *embrionária* porque, assim como um embrião cresce e dá origem a uma pessoa adulta, a educação superior em Cabo Verde foi avançando com a estrutura e os recursos que os cursos da *fase embrionária* possuíam, mas também porque, naquele momento, o ensino superior ainda não tinha a estrutura e a consistência característica daquilo que se espera do ensino superior, com cursos de licenciatura e um mínimo de qualificação dos docentes.

Contudo, após o processo de democratização do País (1990), e percebendo que a proposta da *fase embrionária* não mais atendia aos anseios da sociedade cabo-verdiana, já bastante alfabetizada e buscando qualificação em outros níveis de ensino, e com a criação da primeira LBSE, Cabo Verde passou para a *fase institucional* do ensino superior, porém, carregando consigo as bases construídas na *fase embrionária*, mas também os seus desafios, como a qualificação docente. Foi assim que, ao longo da década de 1990, os cursos da primeira fase se transformaram em institutos superiores, com o propósito de ampliar as licenciaturas e dar um ar mais científico aos antigos cursos politécnicos, preparando o terreno para a *fase universitária*, quando, de fato, surgiram as primeiras universidades em Cabo Verde e o ensino superior teve uma grande expansão, especialmente com a participação do setor privado.

Assim, podemos dizer que a *fase institucional* foi uma transição entre as duas outras, preparando as condições para a *fase universitária*, quando houve uma massificação do

ensino superior endógeno, considerando-se a quantidade de IES que abriram naquele período e de estudantes que buscaram uma formação superior, revelando que tanto o Estado quanto o mercado estavam atentos à demanda reprimida por ensino superior no País. Por outro lado, o desafio da qualificação docente permaneceu na *fase universitária*, com um número de licenciados ainda muito alto, embora o número de docentes mestres e doutores tenha aumentado significativamente.

Contudo, temos que olhar para a trajetória do ensino superior de Cabo Verde com a compreensão de que todo esse percurso ainda é recente – são menos de 50 anos enquanto Nação – e de que o caminho percorrido, embora com as suas dificuldades, levou o País a ter um ensino superior mais sólido e que, a meu ver, tende a se consolidar ainda mais com a criação da Agência Reguladora do Ensino Superior (ARES), em 2018, com o papel de regular, avaliar e fiscalizar a organização e o funcionamento das IES de Cabo Verde, sendo que uma das últimas atividades realizadas por aquela instituição foi uma avaliação de todas as IES do País, cujo relatório ainda não foi publicado, mas será essencial para nos ajudar a compreender melhor essa trajetória, bem como para orientar o Estado cabo-verdiano para a construção de novas políticas educacionais.

Referências

ARES. Agência Reguladora do Ensino Superior. **Dados Estatísticos de Estudantes 2019-2022**.

ASSEMBLEIA NACIONAL POPULAR. Lei n.º 103/III/90 de 29 de Dezembro. **Lei de Bases do Sistema Educativo**. 1990.

BANCO MUNDIAL. **Construindo o futuro**: como é que o ensino superior pode contribuir para a agenda de transformação econômica e social de Cabo Verde. 2012. Disponível em: <https://www.dgesc.gov.cv/index.php/ensino-superior-de-cv/estudos-sobre-es-de-cv/send/10-estudos-sobre-es-em-cv/1-estudo-sobre-ensino-superior-cabo-verdiano> . Acesso em: 24 fev. 2022.

CONSELHO DE MINISTROS. Lei n.º 113 /V/99, de 18 de Outubro. **Altera a Lei de Bases do Sistema Educativo de Cabo Verde**. 1999.

CONSELHO DE MINISTROS. Decreto Legislativo n.º 12/2010, de 7 de Maio. **Revê a Lei de Bases do Sistema Educativo de Cabo Verde**. 2010.

CONSELHO DE MINISTROS. Decreto-Legislativo n.º 20/2012, de 29 de março. **Regime Jurídico das Instituições do Ensino Superior**. 2012.

CONSELHO DE MINISTROS. **Regime Jurídico das Instituições do Ensino Superior**. Decreto-Lei n.º 12/2015. 2015.

CONSELHO DE MINISTROS. **Lei de Bases do Sistema Educativo**. Decreto-legislativo n.º 13/2018, de 7 de dezembro. 2018.

DGESC. Direção Geral do Ensino Superior e Ciência. **Relatório de Atividades da Direção Geral do Ensino Superior e Ciência de 2007**. 2007. Disponível em: <http://www.dgesc.gov.cv/index.php/a-instituicao/relatorio-de-atividades/category/18-relatorio-de-atividades> . Acesso em: 24 fev. 2022.

DGESC. Direção Geral do Ensino Superior e Ciência. **Relatório de Atividades da Direção Geral do Ensino Superior e Ciência de 2008**. 2008. Disponível em: <http://www.dgesc.gov.cv/index.php/a-instituicao/relatorio-de-atividades/category/18-relatorio-de-atividades> .Acesso em: 24 fev. 2022.

DGESC. Direção Geral do Ensino Superior e Ciência. **Relatório de Atividades da Direção Geral do Ensino Superior e Ciência de 2010**. 2010. Disponível em: <http://www.dgesc.gov.cv/index.php/a-instituicao/relatorio-de-atividades/category/18-relatorio-de-atividades> . Acesso em: 24 fev. 2022.

DGESC. Direção Geral do Ensino Superior e Ciência. **Relatório de Atividades da Direção Geral do Ensino Superior e Ciência de 2011**. 2011. Disponível em: <http://www.dgesc.gov.cv/index.php/a-instituicao/relatorio-de-atividades/category/18-relatorio-de-atividades> . Acesso em: 24 fev. 2022.

HERNANDEZ, L. L. **Os filhos da Terra do Sol: A formação do Estado-nação em Cabo Verde**. São Paulo: Summus, 2002.

LOPES, J. V. **Cabo Verde: Os Bastidores da Independência**. Praia: Spleen Edições, 1996.

MESCI. **Anuário Estatístico do Ensino Superior (2011/2012)**. Ministério do Ensino Superior, Ciência e Inovação de Cabo Verde. 2013.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Anuário Estatístico do Ensino Superior (2014/2015)**. 2017a. Disponível em: <http://www.dgesc.gov.cv/index.php/ensino-superior-de-cv/dados-sobre-ensino-superior-de-cv/category/13-dados-do-ensino-superior-em-cv> . Acesso em: 27 dev.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Anuário Estatístico do Ensino Superior (2015/2016)**. 2017b.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Anuário Estatístico do Ensino Superior (2016/2017)**. 2018.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Anuário Estatístico do Ensino Superior (2017/2018)**. 2019.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Relatório de avaliação da implementação do plano estratégico da educação (2017-2021)**. 2021.

PAIGC. **História da Guiné e Ilhas de Cabo Verde**. Porto: Afrontamento, 1974.

RAMOS, E. **Desenvolvimento e Acessibilidade do Ensino Superior em Cabo Verde**: o papel da FICASE. 2017.

REPÚBLICA DE CABO VERDE. **Plano estratégico da educação Cabo Verde 2017-2021**: Compromisso educativo para o futuro. 2022.

SOUSA, J. S. **Amílcar Cabral (1924-1973)**: Vida e Morte de um Revolucionário Africano. Praia: Spleen Edições, 2013.

TOLENTINO, A. C. **Cabo Verde**: Janelas de África. Praia: Livraria Pedro Cardoso, 2016.

TOLENTINO, A. C. **Universidade e transformação Social nos pequenos estados em desenvolvimento**: o caso de Cabo Verde. 2006. Tese (Doutorado em Ciências da Educação). Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação, Universidade de Lisboa, Lisboa, p. 463.

VARELA, B. L. **Evolução do Ensino Superior Público em Cabo Verde**: da Criação do Curso de Formação de Professores do Ensino Secundário à Instalação da Universidade Pública. Praia: Edições Uni-CV, 2013.

VARELA, B. L. **Políticas e Práxis de Ensino Superior em Cabo Verde**: Marcos da sua Evolução. Atas do XII Congresso da SPCE: Vila Real, p. 2949-2974, 2014.